



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL
CURSO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CIÊNCIAS SOCIAIS E
HUMANAS – LICENCIATURA**

CLEVERSON LARA DE LIMA

**A CONQUISTA DA TERRA: CONTRIBUIÇÕES E LIMITES IMPOSTOS AOS
CAMPONESES A PARTIR DA FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO CELSO
FURTADO, EM QUEDAS DO IGUAÇU-PR**

**LARANJEIRAS DO SUL
2019**

CLEVERSON LARA DE LIMA

**A CONQUISTA DA TERRA: CONTRIBUIÇÕES E LIMITES IMPOSTOS AOS
CAMPONESES A PARTIR DA FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO CELSO
FURTADO, EM QUEDAS DO IGUAÇU-PR**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado à Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Laranjeiras do Sul, como requisito parcial para obtenção de grau de licenciado em Interdisciplinar em Educação no Campo: Ciências Sociais e Humanas.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Luiz Zeneratti

**LARANJEIRAS DO SUL
2019**

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Lima, Cleverson Lara de

A Conquista da Terra: Contribuições e Limites
Impostos aos Camponeses a partir da Formação do
Assentamento Celso Furtado, em Quedas Do Iguaçu-PR /
Cleverson Lara de Lima. -- 2019.

40 f.:il.

Orientador: Doutor Fábio Luiz Zeneratti.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso
Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais
e Humanas-Licenciatura, Laranjeiras do Sul, PR , 2019.

1. Reforma Agrária . 2. Assentamentos Rurais . 3.
Luta pela terra . I. Zeneratti, Fábio Luiz, orient. II.
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

CLEVERSON LARA DE LIMA


A CONQUISTA DA TERRA: CONTRIBUIÇÕES E LIMITES IMPOSTOS AOS
CAMPONESES A PARTIR DA FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO CELSO
FURTADO, EM QUEDAS DO IGUAÇU-PR

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para a obtenção do grau de Licenciado em Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul - *Campus* Laranjeiras do Sul.

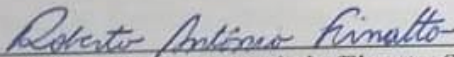
Orientador: Prof. Dr. Fábio Luiz Zeneratti (UFFS)

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em: 06/12/2019.

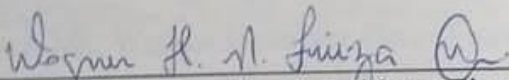
BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Fábio Luiz Zeneratti (UFFS)
Presidente / Orientador



Prof. Dr. Roberto Antônio Finatto (UFFS)
Avaliador



Prof. Me. Wagner Henrique Neres Fiuza (UFFS)
Avaliador

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que permitiu que tudo isso acontecesse. Esteve ao meu lado ao longo da minha vida e não somente nestes anos como universitário, mas que em todos os momentos tem me fortalecido.

A esta universidade, seu corpo docente, direção e administração, que oportunizaram a chance e o conhecimento para chegar até aqui.

Ao meu orientador, o Prof. Dr. Fábio Luiz Zeneratti, pelo empenho dedicado à elaboração deste trabalho.

Agradeço a todos os professores(as) por proporcionar o conhecimento, não apenas racional, mas a manifestação de caráter e afetividade da educação no processo de formação profissional.

À minha família pelo amor, incentivo e apoio incondicional e a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

RESUMO

Este trabalho foi realizado no município de Quedas do Iguaçu, estado do Paraná, no Assentamento Celso Furtado. O objetivo foi compreender quais as contribuições e os limites impostos aos camponeses assentados a partir da conquista da terra. Esta pesquisa se justifica pela necessidade de construir elementos que possibilitem identificar a pertinência da reforma agrária para a manutenção dos sujeitos no campo. No caso em estudo, com a conquista da terra surgiram diversas melhorias na vida dos camponeses, tais como: geração de renda, construção de moradias, estradas e acesso a luz elétrica. O trabalho está dividido em dois capítulos, o primeiro discutirá a luta pela terra no Brasil e o segundo discutirá o caso do Assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu.

Palavras – chave: Reforma Agrária. Camponeses. Assentamentos.

ABSTRACT

This work was carried out in the city of Quedas do Iguaçu, state of Paraná, in the Celso Furtado settlement. The objective was to understand the contributions and the limits imposed on the settled peasants from the conquest of the land. This research is justified by the need to build elements that make it possible to identify the relevance of agrarian reform for the maintenance of subjects in the field. In the case under study, with the conquest of land came several improvements in the lives of peasants, such as: income generation, housing construction, roads and access to electricity. The work is divided into two chapters, the first will discuss the struggle for land in Brazil and the second will discuss the case of Celso Furtado Settlement in Quedas do Iguaçu.

Keywords: Land reform. Peasants. Settlements.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: A evolução da moradia no Assentamento Celso Furtado	31
Figura 02: Produção camponesa no Assentamento Celso Furtado	32
Figura 03: Estrebaria para ordenha.....	33
Figura 04: Evolução as estrutura física do Colégio Chico Mendes.....	35

LISTA DE SIGLAS

CODAPAR - Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. A LUTA PELA TERRA NO BRASIL: BLOQUEIOS, DESAFIOS E CONQUISTAS DOS CAMPONESES	12
3. O ASSENTAMENTO CELSO FURTADO: A LUTA CAMPONESA POR TERRA E LIBERDADE	21
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	37
APÊNDICE.....	38

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como recorte territorial o Assentamento Celso Furtado, localizado no município de Quedas do Iguaçu, estado do Paraná. O objetivo é compreender as contribuições e os limites impostos às famílias camponesas assentadas, destacando as diferenças vividas por elas durante o acampamento e posteriormente no assentamento, fases distintas, mas que invariavelmente compõe o mesmo processo de luta pela terra no Brasil.

Este é um objetivo que ganha destaque considerando que o assentamento em questão tem 13 anos de existência, sendo possível entrevistar assentados que vivenciaram a luta inicial para a consolidação do assentamento.

A escolha por este tema fazer parte da trajetória do pesquisador, afinal é assentado neste assentamento. Trata-se de uma inquietação devido à importância da temática, pois pode fazer com que mais pessoas conheçam e aprendam sobre os que lutam pela terra no país.

É importante destacar que acesso à terra é condição primeira para que os camponeses consigam outras conquistas, tais como: acesso à renda, estradas, luz elétrica, alimentação, educação e produção.

Essas conquistas são ainda mais importantes considerando a vida no acampamento, condição que muitos assentados passaram. A condição de vida no acampamento apresenta muitas dificuldades, que são sentidas com intensidade. A falta de água, de energia elétrica, de moradia, são alguns exemplos.

Essas condições de vida vão sendo superadas, aos poucos, a partir do momento em que essas famílias são assentadas e conseguem acessar as políticas públicas. Assim como, começam a produzir no lote. Por isso a necessidade desta pesquisa, pois pode contribuir com os camponeses renovando a esperança em dias melhores, afinal a luta pode levar a conquista da terra e com ela a conquista de melhores condições de vida.

Para isso alguns objetivos específicos foram elencados, tais como: demonstrar os benefícios que a reforma agrária pode trazer através da construção de um assentamento; buscar subsídios para entender quais são as dificuldades encontradas para resistir no campo e permanecer na terra; destacar as conquistas

dos assentados no que se refere à qualidade de vida, o acesso à renda e a produção no lote.

Por fim, cabe destacar que a metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e o trabalho de campo, trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo. O instrumento de coleta de dados de campo foi a aplicação de entrevistas semiestruturadas, no total foram entrevistadas 10 famílias assentadas durante o mês de Setembro de 2019.

Com a finalidade de manter o anonimato dos entrevistados, seus nomes foram substituídos por números no trabalho. Estes procedimentos teóricos-metodológicos possibilitaram compreender os avanços vivenciados pelos camponeses entrevistados, considerando as diferenças e similaridades de dois momentos distintos da luta pela terra: o acampamento e o assentamento.

2. A LUTA PELA TERRA NO BRASIL: BLOQUEIOS, DESAFIOS E CONQUISTAS DOS CAMPONESES

O Brasil é um país que possui uma imensa quantidade de terras, são 8.511.000 km², porém, quando se fala de estrutura fundiária a terra está concentrada. Os latifundiários com mais de 1.000 hectares de terra são apenas 1,6% do total de proprietários e concentram 43,8% das terras (INCRA, 2003 apud OLIVEIRA, 2007, p. 148). Trata-se de terra, quando utilizada, ocupada por monocultura, explorando não apenas a terra, mas também os trabalhadores que não tem condições de adquirir a mesma, gerando uma imensa desigualdade social no Brasil.

A contradição que envolve os grandes latifundiários e pequenos agricultores está na raiz da questão agrária brasileira, de como foi distribuída a propriedade da terra no Brasil. Sobre isso afirma Zeneratti (2017, p. 442):

Propor uma discussão que tenha como centralidade o conceito de latifúndio impõem a necessidade de delimitar seus componentes, ademais deve-se entendê-lo no tempo e no espaço. Portanto, parte-se da interpretação da legislação brasileira sem desprezar as evidências do território. O desenvolvimento agrário brasileiro colocou em pauta dois modelos para o campo: o da agricultura camponesa e o da agricultura capitalista, porém, entre os dois está o latifúndio, que não cumpri a função social da terra e bloqueia o acesso dos camponeses, entretanto se configura em investimento seguro para os latifundiários.

O problema da distribuição das terras brasileiras se deu desde o período da colonização do país, onde a Coroa portuguesa doava grandes parcelas de terra com o intuito de explorar as atividades econômicas e garantir a ocupação das terras, este sistema chamado de Regime de Sesmarias foi o primeiro regime de distribuição de terras no Brasil. Esta distribuição era feita por doações baseadas em grandes propriedades, porém, caso estas terras não fossem cultivadas, elas seriam devolvidas à Coroa, mas isso não aconteceu, tornando possível a formação de grandes latifúndios no Brasil.

Apenas conseguia ter acesso a elas quem exercia um poder político e econômico, chamados de senhores fidalgos, como destaca Zeneratti (2017, p. 444):

Neste instrumento ainda não havia garantia absoluta sobre a propriedade da terra, portanto o latifúndio não existia como propriedade individual, mas já existia como bloqueio aos trabalhadores, pois estes não tinham acesso a

ela, uma vez que somente os senhores fidalgos, homens com poder político e econômico, tinham possibilidade de requerê-las à Coroa Portuguesa.

Ao mesmo tempo em que estas terras foram distribuídas a colonizadores, surge um problema no campo brasileiro, pois as condições que foram impostas para que fosse possível adquirir uma área de terra impossibilitava as famílias de pequenos camponeses a ter seu pedaço de terra para produzir e retirar da terra seu próprio sustento.

Embora, neste momento histórico, a terra no Brasil ainda não era considerada propriedade privada, com a independência do Brasil e o fim das sesmarias no ano de 1822, surge já em 1824 a Constituição Imperial, onde garantia a propriedade privada. Ou seja, a terra passava a ser um bem privado, mas não esclarecia de que forma seria possível o acesso a ela. Então somente no ano de 1850 surge a Lei de Terras, onde dispunha do direito agrário brasileiro, as terras então doadas pela Coroa portuguesa foram reconhecidas e tornava possível que qualquer cidadão poderia ter seu pedaço de terra, desde que o comprasse.

Com isso as terras brasileiras poderiam ser vendidas, favorecendo com que o campo brasileiro se tornasse um grande latifúndio, deixando então as terras nas mãos de poucos fazendeiros que tinham condições de adquiri-las através da compra e fazendo com que os camponeses não tivessem acesso a terra, uma vez que não teriam condições de comprá-la. Como destaca Zeneratti (2017, p. 446):

Estes dois momentos coadunados, a Constituição Imperial de 1824 e a Lei de Terras de 1850, demonstram a mudança que estava em curso na sociedade, sobretudo o fato da elite rural que se articulava para manter o controle das terras, pois se antes a concessão estava condicionada ao uso e ao prestígio frente a Coroa, agora a propriedade está condicionada à posse do título.

Até este período, antes da Lei de Terras, a terra era uma concessão da Coroa. A terra ainda não era uma mercadoria podendo ser comprada e vendida.

A partir do momento em que surge a Lei de Terras ficou definido que as terras que não fossem registradas seriam consideradas terras devolutas, ou seja, terras que não tinham dono, onde passaram a pertencer ao Estado, que então passou a leiloar e vender estas terras com a perspectiva de arrecadar recursos para o Estado.

Entende-se que o surgimento da Lei de Terras foi um processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, pois neste período as leis que restringiam

a escravidão no Brasil vinham aparecendo e cada vez mais diminuindo a oferta de escravos. Com isso o custo para ter um escravo aumentava e havia uma preocupação por parte dos fazendeiros que precisavam da mão de obra para trabalhar em suas lavouras, como o escravo começou a ser muito custoso, não interessava mais a elite do campo ter um escravo, mas sim optar pelo trabalho livre da mão de obra barata.

Até porque, além de se pagar caro em um escravo, estava correndo o risco de logo ser assinada uma lei de abolição. Neste período então, os fazendeiros proprietários de grandes lavouras de café começaram a optar pelo trabalho livre. Estes trabalhadores livres eram imigrantes europeus trazidos pelo governo com parte do dinheiro das terras devolutas que haviam sido leiloadas, ou seja, o governo pagava a viagem destes imigrantes na perspectiva de fornecer mão de obra enquanto trabalho livre para estas novas fazendas de café.

Havia uma preocupação de restringir o acesso a terra por parte destes imigrantes que chegavam, e por parte dos escravos livres. Então a Lei de Terras foi uma estratégia para valorizar a terra como capital, evitando que a mesma fosse apossada pelos trabalhadores que chegavam ao Brasil, pois fazendo dela uma mercadoria valiosa, mantinha concentrada nas mãos de um pequeno número de grandes proprietários, que formavam uma oligarquia nacional. Se nesta época tivesse ocorrido a reforma agrária no Brasil, hoje certamente não teríamos tão intensa desigualdade no campo.

Como se pode notar, as condições impostas para o acesso a terra beneficiaram a elite, deixando a classe trabalhadora a mercê das dinâmicas do capitalismo. No campo isso significou, já na década de 1950, o surgimento dos movimentos de luta pela terra. Pois, uma grande parte de pequenos camponeses não tinha condições de adquirir terra por meio da compra.

Em busca da reforma agrária no Brasil surge as Ligas Camponesas durante as décadas de 1950. Até os primeiros anos da década de 1960, o Brasil foi acometido por uma ampla crise cíclica em seu modelo de industrialização. Durante os anos anteriores, o processo de industrialização dependente que se instalou no país através da aliança entre capitais estatal, nacional e estrangeiro, se mostrou em crescimento continuado, porém, com a chegada da crise esse sistema dependente entrou em declínio.

No que se refere à reforma agrária, as Ligas Camponesas surgem enquanto um poderoso movimento de massa, com uma grande capacidade de mobilização. Segundo Oliveira (2007, p. 107) “as Ligas Camponesas tornaram-se, pois, o primeiro movimento social de luta pela reforma agrária que ensaiou uma organização de caráter nacional”.

As ligas eram a forma de organização dos camponeses no Nordeste brasileiro, sobretudo da região da Zona da Mata, que se fixaram também no estado de Pernambuco e expandiram-se para o Rio Grande do Norte, Paraíba, dentre outras regiões do Brasil. De forma imediata, os camponeses organizavam-se em grupos regionais para atender problemas específicos, no entanto havia articulações estaduais e nacionais motivadas por um programa político (OLIVEIRA, 2007).

Como se articulavam politicamente, as Ligas recebiam influência de partidos políticos de esquerda que queriam mudanças mais profundas, indo além da luta contra o latifúndio. Dentre os partidos e organizações políticas que influenciaram a atuação das Ligas pode se destacar o Partido Socialista Brasileiro (PSB), que tinha como integrante Francisco Julião, principal liderança da organização camponesa. Além do PSB, as ligas sofreram influência também do Partido Comunista Brasileiro (PCB), do Movimento de Educação de Base (MEB), organização da esquerda cristã, e da Ação Popular (AP). Como oposição, havia o forte combate por parte da direita latifundiária, pelos setores reformistas PCB e pelos conservadores da Igreja católica.

A partir de 1963 as Ligas Camponesas assumiam uma configuração muito mais desenvolvida se comparada aos anos de sua origem. Estavam prestes a se transformarem em uma organização política mais consequente, mais formal e que se colocaria a discutir elementos que iriam além da questão agrária brasileira.

A eminência da transformação das Ligas Camponesas em um movimento nacional de massas com um projeto político nacional que extrapolaria a questão agrária foi destruída pelo Golpe Militar de 1964. Os movimentos camponeses de massa foram fortemente atacados pela ditadura militar e, sobretudo as Ligas Camponesas, foram completamente dizimadas, tendo líderes presos, torturados, exilados ou mortos.

Já no fim da década de 1970, retornam com muita força o debate sobre a questão agrária brasileira e, como consequência, surge, já no fim da ditadura, o

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), dando continuidade na luta pela reforma agrária que teve forte atuação das Ligas Camponesas.

O MST é fundado na década de 1980 e, neste período, novas áreas de terras começaram a serem ocupadas por camponeses que novamente reivindicavam a realização reforma agrária no Brasil. Neste período, o Brasil estava saindo da ditadura e os movimentos sociais começam novamente tomar força, com a proposta da reforma agrária. Passam a praticar novas ocupações em latifúndios improdutivos e terras griladas (sem titulação confirmada legalmente).

Neste contexto, a bancada ruralista, composta por deputados federais dos mais diversos partidos, fecha pauta em torno da questão rural do Brasil, travando a reforma agrária no país.

O MST organiza suas massas e ocupa latifúndios, esta é sua estratégia de luta, mesmo a bancada ruralista agindo contra o movimento. Trata-se de uma ação do MST contra os latifundiários, os quais, de uma forma ou de outra, estão em débitos com o governo. É a luta dos trabalhadores por acesso a terra.

O movimento dos sem terra surgiu como uma manifestação da sociedade organizada objetivando modificar a ordem estabelecida no campo. Os trabalhadores do campo, por meio da luta de resistência, passaram a recusar a proletarização e a migração como condição imposta pela ordem dominante. Eles criam a possibilidade de retorno e permanência na terra (FABRINI, 2007, p.35).

A luta pela terra nunca foi uma luta fácil, pois quem conseguiu formar latifúndios não quer saber de reforma agrária no Brasil, tendo em vista que este processo histórico se arrasta desde a divisão das sesmarias. Esperar pelo governo para fazer a reforma agrária é pauta vencida no MST, por isso adota a ocupação como forma de pressionar o governo.

O surgimento do MST deu novo rumo e força às lutas pela reforma agrária, que deixaram de ser localizadas, expressando-se encadeadas a nível nacional garantindo maior visibilidade para toda a sociedade das desigualdades e disputas travadas no campo brasileiro. Neste momento, os camponeses elegeram as ocupações de terras como a principal tática de luta para conquista da terra (ROOS, 2015, p.103).

No estado do Paraná ocupações de terra sofreram ataques e despejos e muitos camponeses foram assassinados, especialmente no governo de Jaime Lerner (1994-2002) que era contra os movimentos sociais, como destaca Roos (2015, p. 103). Para o autor, Jaime Lerner representava a vanguarda do projeto

neoliberal no estado, possuindo estreitas alianças com latifundiários, transnacionais, banqueiros e empresários do agronegócio. Em seu governo Jaime Lerner ordenou que estes movimentos sociais, não poderiam manifestar-se, fazendo reintegrações de posses nas áreas ocupadas. Durante seu mandato os conflitos no campo cresceram de forma significativa.

Porém, mesmo com tantos conflitos no campo paranaense, os camponeses continuaram lutando, um exemplo disso são os assentamentos Ireno Alves dos Santos, que surge em 1997, e Marcos Freire, em 1998; ambos no município de Rio Bonito do Iguaçu, ocupando as terras do latifúndio Giacomet-Marodin.

Com a chegada de Roberto Requião no governo do estado, em 2003, foram diminuindo os conflitos no campo, pois ele já não exigia a reintegração de posse, fazendo com que fazendeiros se revoltassem e organizassem por conta própria os despejos dos camponeses.

Observa-se que durante os dois mandatos do governador Roberto Requião (2003-2010) o convívio entre os movimentos camponeses e o governo do estado foi “amistoso”, resultado da conduta compreensiva para com a questão agrária. Situação contrária à ocorrida nos oito anos anteriores no decorrer do governo de Jaime Lerner (1995-2002), que através de práticas truculentas cometeu inúmeras barbáries (impunes até os dias atuais) aos camponeses sem-terra, principalmente (ROOS, 2015, p.105).

Rio Bonito do Iguaçu e Quedas do Iguaçu são dois municípios que possuem uma larga quantidade de terras em disputa, estes municípios situados na mesorregião Centro-Sul do Paraná, são vítimas de um latifúndio gigantesco, conhecido como Giacomet-Marondin, em seus territórios até o presente momento, já existem 5 assentamentos, como destaca Roos (2015, p.149):

Rio Perdido (60 famílias) e Celso Furtado (1092 famílias) em Quedas do Iguaçu e Ireno Alves dos Santos (887 famílias), Marcos Freire (578 famílias) e 10 de Maio (66 famílias) em Rio Bonito do Iguaçu. Em termos absolutos, a população dos referidos municípios é assim composta: em Quedas do Iguaçu das 30.605 pessoas, 20.987 vivem na área urbana e 9.618 na zona rural, enquanto que em Rio Bonito do Iguaçu, 10.339 pessoas compõem a população rural e 3.322 a urbana, totalizando um montante de 13.661 pessoas. Destaca-se a elevada presença da população rural em Rio Bonito do Iguaçu, compondo mais de 75% do total populacional, resultante do processo de “recampesinização” ocorrido com a luta pela terra.

Estas famílias que compõem estes assentamentos, travaram longas disputas territoriais com o latifúndio que ali se estabeleceu, deixando uma imensa área

improdutiva em uma região povoada de pequenos agricultores que não tinham acesso a terra. Estes agricultores, através das lutas do MST, ocuparam o latifúndio Giacomete-Marondin e conseguiram fazer com que uma parte dele fosse destinado para a reforma agrária.

O latifúndio Giacomete-Marondin se originou por volta da década de 1970, com a união de duas madeireiras, Giacomet S.A. e Marondin Exportação S.A. A empresa formada no Rio Grande se apropriaria de terras paranaenses, especificamente nos municípios de Quedas do Iguaçu, Espigão Alto do Iguaçu, Nova Laranjeiras e Rio Bonito do Iguaçu, formando o maior latifúndio da região Sul do Brasil, para se ter uma ideia este latifúndio concentrava mais de 100 mil hectares de terras cobertos por quase toda sua extensão de araucárias, matas nativas do Paraná, além de outras espécies de madeiras de lei presentes na área, como destaca Roos (2015, p. 161).

À vista disso, Roos (2015) afirma que a origem do latifúndio Giacomete remete certamente às concessões de terras devolutas feitas pelo Estado do Paraná. A empresa Giacomete-Marondin, que controla o latifúndio, em janeiro de 1997, mudou seu nome para Araupel.

É importante acrescentar que a repercussão política do violento ataque aos camponeses, bem como, as ocupações realizadas pelo MST nas terras da Giacomete-Marondin fraudes cometidas pelo latifúndio, imputaram uma imagem negativa a este, sendo motivadores da alteração da razão social para Araupel S. A., em fevereiro de 1997 (ROOS, 2015, p.165).

Em Rio bonito do Iguaçu os assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire foram os pioneiros a ocupar as terras deste latifúndio. Como destaca Roos (2015, p.167):

A partir destes acampamentos foi realizada, no ano de 1996, a maior ocupação de terras do Brasil, com 12.000 pessoas em parte do imóvel Pinhal Ralo, integrante do latifúndio Giacomete-Marondin, no município de Rio Bonito do Iguaçu. Desta ocupação resultou a criação dos assentamentos Ireno Alves dos Santos com 887 famílias e Marcos Freire com 578 famílias, respectivamente em 1997 e 1998. Todavia, estes assentamentos foram insuficientes para atender toda a demanda de camponeses sem-terra existentes na região, excedendo cerca de 1.000 famílias. Mas, há que se destacar que a conquista dos referidos assentamentos foi de extrema importância para a organização da luta na mesorregião Centro-Sul do Paraná, sendo a base para o desenvolvimento de novos enfrentamentos nesta região.

Em 1999, novas ocupações acontecem, agora no município de Quedas do Iguaçu, a partir delas nasce o assentamento Celso Furtado. Neste período cerca de 1.800 famílias, algumas delas excedentes dos assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire, ficaram alojadas as margens da BR 158, que liga as cidades de Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguaçu, na localidade do Campo do Bugre. No dia 10 maio de 1999, cerca de 1.300 famílias se deslocaram para o latifúndio da madeireira Araupel em Quedas do Iguaçu, na localidade da Bacia, o acampamento inclusive recebeu o nome da ocupação: “10 de maio”.

Durante o período em que estiveram acampadas estas famílias receberam inúmeras ameaças de despejo, no entanto a considerável quantidade de famílias no local ajudou para que este ato não ocorresse e prosseguissem as negociações.

O restante dos camponeses que permaneceram as margens da BR 158, somando-se mais algumas famílias, totalizando cerca de 2.300 famílias em 10 de julho de 2003, se deslocaram a mais uma área do mesmo latifúndio Araupel. Desta vez o local ocupado foi o setor Silo, espaço de armazenamento de grãos, onde eram secados e preparados para exportação pela empresa Araupel.

Este acampamento recebeu o nome de José Abílio dos Santos, em homenagem a um camponês que morreu na época da luta. O acampamento setor Silo foi também uma estratégia de luta já que havia uma proposta de reintegração de posse na área da Bacia, com a chegada destas famílias no mesmo latifúndio, o movimento ganhou força para que as negociações avançassem e que fosse executada a reforma agrária na área.

A organização dos dois acampamentos em questão seguiu a característica geral dos acampamentos realizados pelo MST. A organização social teve como base a unidade familiar, juntamente com as estruturas organizativas do Movimento com a formação de núcleos de base, comissões, brigadas etc. Assim, além da unidade familiar, os camponeses acampados na “Bacia” e no “Silo” se organizaram em grupos de 10 famílias (núcleos de base), brigadas de 50 famílias (junção de cinco núcleos de base), duas brigadas gerais (a “Mao Tse Tung” no Silo e a “Padre Josimbo Tavares” na Bacia) além da formação de diversas comissões para múltiplos objetivos. Esta forma de organização é atributo da mobilização em torno dos movimentos socioterritoriais, permitindo a ampla participação das pessoas nas discussões e negociações referentes à luta (ROOS, 2015, p.175).

As famílias acampadas cultivavam alimentos: feijão, arroz, milho, e outras culturas. Também cultivavam verduras em torno do acampamento, alguns criavam animais, como galinha, porco, gado, entre outros. Formaram coletivos para

comercializar os produtos agrícolas, com o intuito de arrecadar dinheiro e garantir o sustento das famílias.

No período em que estavam acampadas, como não tinham condições financeiras de realizar o plantio por conta própria, realizaram acordos com cooperativas da região, que os fornecia sementes e inseticidas para que os pagassem na lavoura. Também havia um acordo “moral” para que estes produtos fossem entregues nas cooperativas que os havia fornecido suplementos. Assim, o acampamento permaneceu até o final de 2005, quando as terras ocupadas foram destinadas a reforma agrária e as famílias foram assentadas em seus lotes, as quais se dividiram em grupos de 10 famílias, sendo distribuídas em comunidades.

No capítulo 3 será detalhada a dinâmica do assentamento após este período inicial de luta, demonstrando que por mais difícil que seja a luta pela terra ela também é uma alternativa de acesso por parte dos camponeses.

3. O ASSENTAMENTO CELSO FURTADO: A LUTA CAMPONESA POR TERRA E LIBERDADE

O acesso a terra é uma possibilidade de transformação da vida das pessoas. O caminho percorrido do acampado até conseguir a terra é repleto de dificuldades, como veremos ao longo deste capítulo. Não é tarefa fácil permanecer acampado durante anos, como normalmente acontece.

No caso do Assentamento Celso Furtado as famílias acampadas tiveram que morar em barracos de lona preta, sem energia elétrica, utilizavam banheiros coletivos chamados de “patente”. Tomavam banhos e lavavam roupas em sangas (pequenos carregos), sem falar no preconceito que sofriam por parte das pessoas que residiam na cidade, e no campo, em Quedas do Iguaçu.

Tendo em vista que são inúmeras as dificuldades da vida do camponês, que passou pelo processo de reforma agrária, o delineamento da pesquisa de campo considerou apenas as famílias que fizeram parte do acampamento desde as primeiras fases do processo de luta.

A pesquisa proporcionou entrevistar uma das primeiras famílias organizadas na ocupação que deu origem ao assentamento. É importante destacar que o Assentamento Celso Furtado nasce do acampamento organizado no dia 5 de janeiro de 1999, as margens da rodovia BR 158 no município de Laranjeiras do Sul.

Iniciamos o acampamento com 5 famílias no dia 5 de janeiro de 1999, as margens da BR, onde hoje dá acesso a Universidade Federal Fronteira Sul. O primeiro barraco foi o meu e do meu irmão, agente tinha uma expectativa: ficávamos acampados ou íamos para colheita de maçã no Rio Grande do Sul. Foi então, neste momento, que decidimos se acampar, onde permanecemos do dia 5 de janeiro ao dia 10 de maio, quando viemos para Quedas do Iguaçu na ocupação de parte da área ocupada pela madeireira Araupel, devido ao dia da ocupação ser exatamente no dia das mães, a comunidade leva o nome 10 de maio, inclusive. Neste processo de ocupação estávamos aproximadamente em 900 famílias, começamos com 5 e já estávamos em 900 famílias (Entrevistado número 2).

Construíram neste território os primeiros barracos e se organizaram em grupos. Cada família obtinha um cargo para colaborar na organização do acampamento, conforme as famílias chegavam ao acampamento eram encaminhadas à secretaria do acampamento para fazer o cadastro que seria encaminhado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

As famílias que estavam acampadas tinham o mesmo objetivo: o acesso a terra. A terra é condição essencial para que o campesinato possa produzir e viver no campo.

Diante da concentração fundiária brasileira (OLIVEIRA, 2007) onde há terras para o latifúndio, mas para os camponeses os bloqueios ao acesso já são históricas, o acampamento é sempre uma perspectiva de conquista da terra. Ademais, como destaca Fernandes (2000, p. 62) “a organização de uma ocupação decorre da necessidade de sobrevivência”, decorre da busca pela superação das privações impostas pelo modo de produção capitalista.

É por esse motivo que as famílias camponesas se organizam em movimentos sociais, no caso deste trabalho as famílias acampadas faziam parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Em comum, todas elas nutriam o sonho de conquistar seu lote e a partir dele produzir alimentos, isso a pesquisa de campo nos mostrou.

A pesquisa mostrou também, que para a dinâmica do acampamento funcionar na medida das aspirações dos camponeses, foram distribuídas as famílias algumas tarefas. Esta organização é conhecida entre os camponeses como setores. No acampamento em estudo foram formados os setores de educação, alimentação, infraestrutura e produção, saúde, disciplina e ronda, finanças, esporte e lazer. As famílias que compunham os setores ficavam responsáveis de participar das reuniões e passar os informes às demais famílias do grupo.

O setor de finanças, um dos mais importantes do acampamento, era o responsável em arrecadar uma pequena taxa dos acampados, para gastos coletivos do acampamento. Já o setor de disciplina e ronda, tinha a tarefa de manter a ordem dentro do acampamento, pois existiam regras a serem seguidas para a segurança de todas as famílias.

Vale destacar que para ingressar e permanecer no acampamento algumas regras precisavam ser seguidas, tais como: era proibida a entrada de bebidas alcoólicas e drogas no acampamento; a partir das 23 horas, até as 06 horas da manhã era proibido fazer barulho ou perturbar o descanso; agressões físicas não eram toleradas; enfim, essas são somente algumas, mas o fato é que quem infringisse as regras acabava sendo expulso do acampamento.

O setor de alimentação era o responsável por dividir os alimentos doados ao acampamento entre as famílias acampadas. Já o setor de infraestrutura e produção cuidava das atividades coletivas do acampamento.

Este modelo de organicidade é tradicional do MST e está presente em todos os acampamentos do Movimento. Para Fernandes (2000) essa organização é fruto da experiência de luta dos camponeses do MST.

No conhecimento das experiências aprenderam que devem construir as condições necessárias para conquistar a terra, participando da formação do Movimento compreendido pela criação de comissões, núcleos, setores, coordenações. São partes da forma de organização em movimento. Cada uma composta por grupos de pessoas responsáveis pelas diversas necessidades das famílias. A começar pela alimentação e na preocupação de ter escola para as crianças, para os jovens e os adultos. Criam comissões de negociação para acompanhar o andamento do problema junto às instituições e informar a sociedade sobre seus atos; núcleos e coordenações para manter o acampamento informado e organizado; setores de educação e saúde entre outros. No MST, esses trabalhos são realizados por diversos setores, tendo o setor de Frente de Massa como o responsável pelo trabalho de base e desenvolvimento das ações (FERNANDES, 2000 p. 65).

Como se pode notar, no acampamento é necessário que todos colaborem e ajudem de alguma maneira, tanto para a organização interna quanto para ações externas, como em atos para pressionar o governo e pautar a reforma agrária. Estes atos são normalmente manifestações em locais públicos, como rodovias, praças e prédios públicos.

Como já apresentado, a ocupação da terra onde hoje está o Assentamento Celso Furtado se deu em dois momentos, primeiro com a ocupação da área conhecida como Bacia e quatro anos mais tarde a área do Silo.

A ocupação da Bacia aconteceu na madrugada do dia 10 de maio de 1999, onde os integrantes do MST que haviam levantado sua base às margem da BR 158, que liga Rio Bonito do Iguazu a Laranjeiras do Sul, saíram por volta das 05 horas da manhã sentido a área da Bacia, no município de Quedas do Iguazu. Segundo os entrevistados, havia medo de um confronto com integrantes da Araupel e a polícia, contudo a ocupação ocorreu de forma pacífica. No local ocupado havia apenas alguns funcionários da madeireira Araupel, que residiam no local, e receberam os acampados pacificamente.

A decisão de ocupar essa área partiu da Direção Estadual do MST, mas também atendeu os anseios dos próprios acampados, que queriam exatamente esta área.

Segundo um dos entrevistados a população de Quedas do Iguaçu inicialmente não se posicionou, pois ainda não tinham ideia do que é um movimento social, porém passando algum tempo foram sendo manipulados pelas rádios locais, jornais impressos, e a Associação Comercial e Empresarial de Quedas do Iguaçu (ACIQI). No ano seguinte, em 2000, com a vitória na eleição do candidato a prefeito Vitorio Revers, a prefeitura também passou a fazer campanha contra o movimento sem terra. A ACIQI liderou as campanhas contra as ocupações no latifúndio da madeireira Araupel (Entrevistado n. 03).

No ano de 2002, também as margens da BR 158 próximo a Laranjeiras do sul, outro acampamento foi criado com a intenção de ocupar mais uma área do latifúndio da Araupel, agora a intenção era ocupar a região do Silo, localizado próximo a área da Bacia.

A cada reunião que fazíamos, aumentava a esperança e crescia a expectativa, mas também tínhamos preocupações de como dar segurança e proteger as famílias. Sabendo das histórias de barbárie que os jagunços da Giacomet faziam, matavam e torturavam quem nestas terras entravam, mas nós não desanimava queríamos que o dia da ocupação do Silo chegasse logo, a direção avisava nas assembleias que quando fosse tocado um sino era o grande dia. Dirigentes do MST tocaram este sino algumas vezes para nos testar, ver se de fato estávamos preparados, quando isso acontecia o coração acelerava e a adrenalina subia (Entrevistado número 3).

Então, no dia 12 de julho de 2003, tocou novamente o sino e desta vez não era para testar os militantes, os dirigentes do MST convocaram as massas e puxaram os seguintes gritos de ordem: “ocupamos ou não ocupamos”; e o povo respondia “ocupamos”, “pátria livre”, “venceremos”.

Segundo os entrevistados a noite estava fria, pois era inverno, o povo rapidamente levantou acampamento e embarcou em caminhões, ônibus, carros e motos, saíram cantando o hino do MST em direção a Quedas do Iguaçu, para ocupar o setor Silo. O entrevistado número 03 faz o seguinte relato deste momento: “foram horas de emoção misturada com insegurança e medo, as vezes alguém puxava um grito de ordem para manter o povo em alerta”.

Esta ocupação do setor Silo contou com a ajuda de alguns integrantes do acampamento 10 de Maio. Na frente da comitiva seguiram quatro caminhões com homens, eles faziam parte do setor de disciplina do acampamento, iam à frente para tentar manter a segurança dos demais. Segundo os entrevistados a maior preocupação era com as crianças, que às vezes choravam, algumas pessoas rezavam, o medo era inevitável, em especial porque precisavam atravessar a mata de pinus que fechava ambos os lados da estrada. Isto tornava a travessia mais perigosa até chegar no Silo onde seria levantado o acampamento.

Este acampamento recebeu o nome de José Abílio dos Santos, uma homenagem feita a um camponês que faleceu vítima de um atropelamento na BR 158.

Com a ocupação de mais uma fração do latifúndio Araupel, o prefeito da época em Quedas do Iguaçu, manifestou-se contra mais esta ocupação, pressionado por integrantes da Araupel, foi para a rádio municipal convocando os empresários e população do município, juntamente com a polícia militar, para expulsar os acampados, e segundo relato do entrevistado número 03, a fala do então prefeito era de que se não expulsassem os integrantes bandidos do MST, ele andaria de minissaia na praça central de Quedas do Iguaçu.

Então organizaram um grupo de pessoas e foram rumo ao acampamento, com a intenção de expulsar os acampados do Silo. Porém, não houve confronto, uma vez que dirigentes do acampamento e a polícia realizaram um diálogo em que o MST pediu para que a população quedense não avançasse até o acampamento, afinal o objetivo era a conquista da terra e não o confronto com a população local. Inclusive, como destaca Fernandes (2000), a conquista da terra é o objetivo final da luta dos camponeses do MST.

Um movimento socioterritorial como o MST tem como um de seus principais objetivos a conquista da terra de trabalho. E os realiza por meio de uma ação denominada ocupação da terra. A ocupação é um processo sócio espacial e político complexo que precisa ser entendido como forma de luta popular de resistência do campesinato, para sua recriação e criação. A ocupação desenvolve-se nos processos de espacialização e territorialização, quando são criadas e recriadas as experiências de resistência dos sem-terra (FERNANDES, 2000, p. 61).

Consolidada a ocupação, o movimento passa a se preocupar com a organização interna do acampamento, neste sentido os trabalhos de base são essenciais. Pois, a formação dos camponeses é importante para auxiliá-los a compreender o porquê da luta do MST.

No caso em questão, a formação aconteceu por meio de palestras, reuniões e eventos organizados pelo movimento. A formação é necessária porque muitas famílias que integraram o MST e participaram da ocupação não conheciam as contradições da questão agrária brasileira, apenas vieram para o acampamento para conseguir um pedaço de terra.

Então o trabalho de base foi fundamental para ajudá-los a entender que todos que ali estavam faziam parte de uma classe social que foi excluída da divisão de terras no país, por parte do estado que beneficiou a classe dominante e fazendo da terra um bem concentrado. A partir do momento em que o sem terra compreende a importância da reforma agrária e que só através das massas conseguem pressionar o governo a fazê-la, torna-se possível organizar as ações necessárias.

Portanto, os trabalhos de base são realizados em diferentes lugares e em distintas condições. Acontecem por meio da construção do espaço de socialização política. Esse espaço possui três dimensões. Uma é o espaço comunicativo, construído desde as primeiras reuniões. É o momento da apresentação, do conhecer-se e da definição dos objetivos. Sabem o porquê de estarem naquele lugar. Os motivos são a necessidade e o interesse que, juntos à revolta e à indignação, representam atitudes e sentimentos que determinam o tempo de ocupar. É o início de uma experiência de transformação de suas realidades. Outra dimensão é o espaço interativo. Este, dependendo da metodologia, realiza-se antes, durante ou depois da ocupação da terra. No desenvolvimento dessas práticas e dessa lógica, constroem uma forma de organização social (FERNANDES, 2000, p. 63).

Para permanecer em um acampamento é preciso ter determinação, persistência e coragem, pois são inúmeras as dificuldades enfrentadas, por isso muitas famílias acabam desistindo no caminho, não conseguem recursos para permanecerem acampadas.

Estas dificuldades vivenciadas durante o acampamento foram relatadas por todos os entrevistados. Cabe destacar algumas: a moradia precária em barracos de lona preta; o problema das escolas que não aceitavam pessoas do acampamento, alegando que as mesmas não faziam parte do município; o caso da saúde, onde os postos se negavam a atender as famílias acampadas, com o discurso de que só se

atendiam na cidade quem tivesse o título de eleitor vinculado a Quedas do Iguaçu; o preconceito, pessoas que não conheciam o movimento faziam comentários maldosos, dizendo que no acampamento só residiam bandidos e pessoas preguiçosas.

Tais aspectos não são exclusividade do caso em análise, pelo contrário, infelizmente são comuns aos acampamentos, como destaca Zeneratti (2014, p. 139):

O acampamento é um momento transitório para se chegar ao assentamento, normalmente caracterizado por privações de toda ordem, como condições inadequadas de moradia, alimentação, saneamento, educação, segurança, enfim ingredientes indispensáveis à dignidade humana e resguardados constitucionalmente a toda pessoa humana.

No caso específico do município de Quedas do Iguaçu, há uma rejeição forte ao MST. A população local não vê com bons olhos as ocupações de terra, marginalizando o movimento e seus integrantes.

O que estas pessoas não sabem, é que o MST só ocupa terras improdutivas, griladas ou que estão com alguma pendência no Estado. O latifúndio da Araupel não comprou estas terras (ROSS, 2015), muito pelo contrário, se apropriou não apenas da terra, mas também de toda madeira que existia na área. Infelizmente estas informações não são de conhecimento de todos. Isso deixa evidente a necessidade das formações que acontecem nos acampamentos, e sem dúvida, é um dos pontos positivos do processo de luta pela terra, além da conquista é necessário formar sujeitos críticos, que entendam a necessidade de fazer um país menos injusto, e que o primeiro passo para isto é a reforma agrária.

Além das dificuldades já citadas, a conquista da terra no assentamento Celso Furtado passou por mais alguns momentos difíceis, como relatam os entrevistados. Em especial destaca-se a repressão por parte da polícia, as várias ameaças de despejo impostas pelos jagunços da madeireira Araupel e o comércio da cidade, que tinha receio de negociar com os acampados.

Estas situações dificultavam a permanência no acampamento. Para que as famílias conseguissem obter algum dinheiro para comprar alimentos era feito um rodizio entre elas: enquanto algumas permaneciam no acampamento outras saíam 30 dias para trabalhar fora, quando estas voltavam outras famílias saíam. Muitos criavam animais nas proximidades do acampamento para ajudar nas despesas, tais

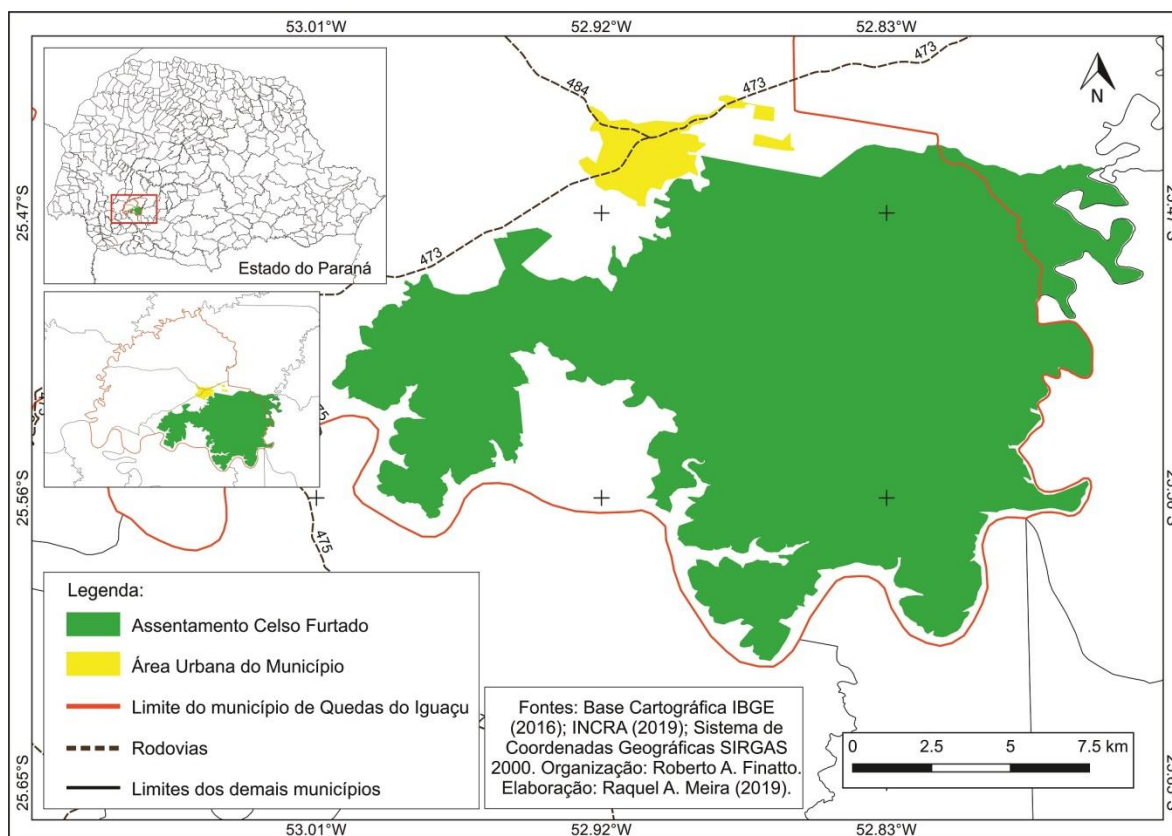
como: porcos, galinhas e gado, também cultivavam alimentos em uma horta, como: alface, cebolinha, almeirão, couve, feijão, milho, entre outros.

O período em que eu estive acampado foi difícil, eu e minha esposa tínhamos dois filhos pequenos para criar, então eu vendi uma casa que eu tinha na cidade de Nova Laranjeiras e comprei um caminhão, onde eu conseguia fazer alguns fretes, e ganhar algum dinheiro para comprar alimentos, tínhamos uma vaca onde minha esposa tirava leite apenas para nosso consumo, sempre tínhamos porcos para abater, fizemos uma horta e cultivávamos verduras. Não era fácil, passávamos necessidade de algumas coisas, mas alimento nunca faltou, até porque em um acampamento as famílias são unidas, estão sempre se ajudando, conheci muitas pessoas neste período e conservo amizades até hoje (Entrevistado número 05).

Mesmo passando por dificuldades as famílias entrevistadas afirmaram que o acampamento foi para elas a única maneira de acessar a terra, por isso o desafio de lutar. Portanto, a expectativa de quem enfrenta anos debaixo de um barraco de lona preta é de um dia conquistar um pedaço de terra e a partir dela ter uma vida melhor, quem passa por este processo de luta, as lembranças de uma vida difícil ficam guardadas.

No ano de 2005 depois de um processo árduo e longo de acampamento que durou alguns anos, no caso das famílias que estavam na Bacia foram 7 anos e no Silo 3 anos, o que era apenas um sonho torna-se realidade, a área ocupada pelas duas sedes são destinadas a reforma agrária, dando início então ao Assentamento Celso Furtado. A localização do assentamento pode ser identificada no mapa 01.

Mapa 01: Localização do Assentamento Celso Furtado.



Neste assentamento foram assentadas 1.092 famílias (ROOS, 2015, p. 31). Cada família foi contemplada com aproximadamente quatro alqueires e meio de terra, cerca de 10 hectares, que foram distribuídos por meio de dois sorteios. O primeiro sorteio foi para determinar as áreas em que os grupos iriam, geralmente grupos de 50 famílias por área, o segundo para sortear o lote de cada família. Neste momento inicia outro processo, agora cada família segue a um lote, este momento também não é nada fácil, pois são destinadas sem recurso algum a seus lotes.

O primeiro objetivo, a conquista da terra, foi alcançado, mas a luta continua, a segunda fase é buscar acesso a recursos financeiros, para comprar ferramentas, investir na criação de gado de corte ou vacas leiteiras, cultivar alimentos.

Então nos anos de 2006 e 2007 foi destinado dois recursos financeiros aos camponeses assentados, no valor de R\$ 2.400, este recurso via governo federal, destinado aos assentados por meio de carta de créditos para gastar com alimentos e ferramentas. A partir de 2008 os assentados tiveram acesso ao crédito habitacional destinado a construção de moradias, cada família recebeu 15 mil reais, o valor não

foi suficiente para terminar as casas e algumas famílias finalizaram as obras com recursos próprios.

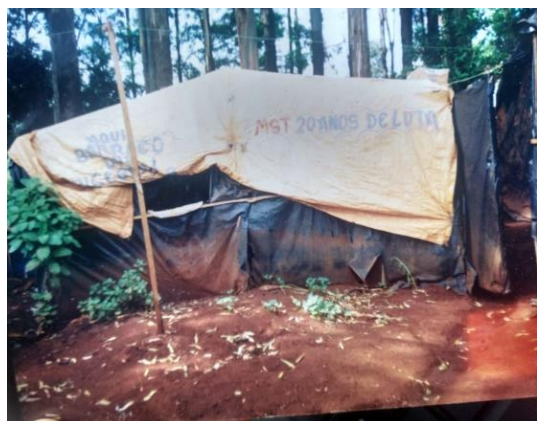
Ainda no ano de 2008, o Programa Luz para Todos atendeu a demanda do assentamento Celso Furtado, proporcionando mais uma conquista e uma possibilidade de ganho expresso no que se refere a qualidade de vida, pois os camponeses poderiam resfriar, ou congelar, os alimentos que utilizavam, essa que parece uma questão banal é na verdade considerada pelo entrevistado uma conquista de relevo, pois durante o acampamento o armazenamento dos alimentos não era possível.

As estradas do assentamento também foram cascalhadas através da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (CODAPAR), com recurso do governo federal, proporcionando o deslocamento das famílias e da produção de maneira mais adequada. O que não significa que atualmente não tenha problemas, pois a manutenção é condição essencial para mantê-las trafegáveis, principalmente em dias de chuva, isso nem sempre é prioridade para o poder público local.

A partir do ano de 2010 os assentados tiveram acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar (PRONAF) investimento no valor de 21 mil reais, chamado custeio, onde o recurso seria destinado a compra de ferramentas, animais, e benfeitorias nas propriedades.

O acesso às políticas públicas proporcionou a superação das carências vividas até então no acampamento, evidentemente que o esforço das famílias trabalhando no lote contribuiu para isso. A materialização desse processo pode ser observada na figura 01, que mostra a evolução da moradia de um dos entrevistados no Assentamento Celso Furtado.

Figura 01: Fotos da evolução da moradia no Assentamento Celso Furtado



Primeiro barraco em cima do lote (2005).



Casa de madeira no lote (2007).



Casa atual no lote (2019).

Fonte: Entrevistado 03.

No que se refere a produção, com algumas dificuldades, uma vez que algumas propriedades necessitavam de uma correção com adubo e calcário para produzir, com os recursos que foram destinados, aos poucos as famílias conseguiram melhorar a produção. A partir de 2008 com a chegada de energia elétrica, boa parte dos assentados começaram a produzir leite, que é destinado as cooperativas da região.

Com a terra os camponeses conseguem ter uma melhor qualidade de vida e obter renda por meio da comercialização da produção. Cabe destacar que no assentamento prevalece a produção leiteira e de grãos, contudo, outras atividades são desenvolvidas possibilitando uma vida melhor aos assentados. Entre as atividades desenvolvidas destaca-se: a horta, a criação de galinhas, peixe nos

açudes, porcos, entre outros animais, que geralmente são abatidos para o consumo da família.

Eis aqui um dos ingredientes da lógica camponesa, a produção para o autoconsumo articulada à produção comercial, característica típica da terra como meio de vida. Sobre isso colaboram Paulino e Almeida (2010, p. 40), pois afirmam que: “[...] a terra camponesa não é apenas terra de trabalho, ela é também morada da vida, lugar dos animais de estimação, do pomar, da horta e do jardim, é a terra da fartura, onde o grupo familiar se reproduz por meio do autoconsumo”.

Na figura 02 é possível visualizar a produção de mercado e a produção de autoconsumo em um dos lotes visitados.

Figura 02: Produção camponesa no Assentamento Celso Furtado



Fonte: Trabalho de campo.

A produção leiteira requer além de muito trabalho e esforço um investimento financeiro, para comprar resfriador, ordenhadeira, vacas leiteiras, construir estrebaria, formar pastagem, plantar milho e alimentar as vacas no inverno, com pouco recurso os assentados levaram anos para se organizar.

Para isso os recursos do PRONAF contribuíram, as famílias assentadas começaram a atividade com três ou quatro vacas, ordenhavam manualmente. Não tinham estrutura adequada, mas com o tempo foram comprando mais vacas, construindo estrebarias, compraram ordenhas, atualmente conseguiram estruturar de maneira significativa a atividade leiteira no assentamento.

No que pese as dificuldades ainda encontradas, a produção leiteira no assentamento Celso Furtado é responsável pelo alto nível de qualidade do leite da região. Cabe destacar que na região atuam diversos laticínios e cooperativas, entre elas destacam-se: o Laticínio Lacto Par de Laranjeiras do Sul, Laticínio Lacto Par de Canta Galo, Laticínio Pic Nique de Guaraniaçu, Laticínio Auto do Vale de Catanduva, Laticínio Silvestre de Três Barras, Laticínio Milklat de Cruzeiro do Iguaçu, Laticínio Friopac de Quedas do Iguaçu.

As conquistas na produção leiteira podem ser observadas no conteúdo de uma das entrevistas e por meio da figura 03:

Eu e minha esposa temos dois filhos e desde o período de acampamento nosso sonho era ganhar a terra e ter algumas vacas de leite, então no início do assentamento como nós não tínhamos condições financeiras para se estruturar tínhamos quatro vacas que ordenávamos manualmente, não tínhamos estrebaria então quando chovia ficava ainda mais complicado por causa do barro. Com o tempo fomos nos organizando e compramos mais 5 vacas quando tivemos acesso ao Pronaf, e as vacas foram procriando, não foi fácil mas hoje temos ordenhadeira, transferidor, resfriador granel, estamos com 23 vacas na ordenha, ao todo são 44 cabeças, fizemos estrebaria e atualmente estamos entregando aproximadamente 10.000 litros por mês (Entrevistado número 8).

Figura 03: Estrebaria para ordenha



Fonte: Trabalho de campo.

Apesar das dificuldades existentes, para o camponês deste assentamento que viveram a experiência de passar pelo processo de acampamento, a consciência e sentimento de conquista está sempre presente nas memórias e nas falas.

O modo de vida atual em nada se compara com a vida em baixo de lonas pretas, agora tem suas moradias, que as são por eles consideradas dignas. Possuem a terra onde conseguem produzir e retirar seu sustento, sem a necessidade da venda da mão de obra barata a terceiros.

No quadro 01 é possível identificar o acesso a renda das famílias entrevistadas, por extensão, espera-se com essa tabela demonstrar a melhoria na qualidade de vida dos assentados, pois no acampamento tais números eram impossíveis de serem pensados.

Quadro 01: Dados socioeconômicos dos camponeses entrevistados no assentamento Celso Furtado

Família entrevistada	Cidade de origem	Participou da ocupação	Tamanho do lote: Alqueires	Principais fontes de renda	Renda média da família: mês, em reais
01	Marmeleiro, PR	Sim	4.5	Plantio de grãos	3.000
02	Capanema, PR	Sim	4.5	Leite e professor	12.000
03	Foz do Iguaçu, PR	Sim	4.5	Leite e vereador	7.500
04	Nova Laranjeiras, PR	Sim	5.0	Leite e caminhoneiro	3.000
05	São Jorge, PR	Sim	5.5	Leite	7.000
06	Capitão Leonidas Marques, PR	Sim	4.5	Leite	3.000
07	Chopinzinho, PR	Sim	4.5	Leite	3.500
08	Chopinzinho, PR	Sim	4.5	Leite	3.000
09	Xanxerê, SC	Sim	4.5	Leite	4.500
10	São João, PR	Sim	4.5	Leite	3.000

Fonte: Trabalho de campo.

Além desses indicadores econômicos, os entrevistados destacaram uma conquista importante na área da educação, a construção de uma escola, inaugurada em 2018 e que substituiu as instalações improvisadas construídas durante o acampamento. A escola atende atualmente 497 estudantes, matriculados no ano letivo de 2019 (VERDÉRIO; CLAUDIO, 2019, p. 247). Estamos nos referindo ao Colégio Chico Mendes, localizando no assentamento Celso Furtado, figura 04.

Figura 04: Evolução as estrutura física do Colégio Chico Mendes.



Foto da escola improvisada em 2007.

Foto atual do Colégio Chico Mendes em 2019.

Fonte: trabalho de campo 2019.

Estas imagens demonstram que a luta pela terra passa pela busca por condições econômicas indispensáveis para a viabilidade do assentamento, mas também passa pela educação, entendida pelos assentados como essencial para o projeto de vida no campo.

Em síntese geral, é possível afirmar a partir dos dados de campo que a conquista da terra transformou a vida das famílias do assentamento Celso Furtado. O camponês que não tinha condições de comprar uma lona para fazer um barraco, atualmente por meio do trabalho no lote está conseguindo renda mensal que possibilite ter suas necessidades básicas sanadas. Ademais, propicia que tenham novos objetivos e conquistas a buscar, como ver os filhos no ensino superior, melhorar as estruturas de produção, fazer viagens para visitar parentes distantes, enfim, elementos que antes eram impensáveis. Talvez a maior conquista tenha sido a liberdade de sonhar.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise de como a conquista da terra contribuiu no desenvolvimento socioeconômico das famílias assentadas em Quedas do Iguaçu, estado do Paraná, no Assentamento Celso Furtado. Diante das observações, estudos e entrevistas realizadas foi possível constatar as dificuldades encontradas por estas famílias desde o acampamento e depois quando foram para seus lotes, pois as condições em que viviam eram precárias e não tinham recursos dignos de sobrevivência.

Ao longo da realização desta pesquisa foi possível identificar que a luta pela terra é longa e sofrida, porém, a recompensa é valiosa, principalmente para os camponeses que vivenciaram o processo, onde para chegar ao assentamento tiveram que passar pelo acampamento.

Portanto, como assentado neste assentamento, concluo este trabalho dizendo que apesar das dificuldades as famílias se sentem realizadas com a conquista da terra, sentimento que compartilho, tanto como pesquisador quanto como assentado.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBANTI, S. **Retorno à terra**: como elo afetivo e meio de sobrevivência nos assentamentos rurais. São Paulo: Musa Editora/FAPESP, 2006.

FABRINI, J.E; ROSS, D; MARQUES, E.B. A espacialização da luta pela terra no Paraná. **Espaço Plural**. Ano VIII. n. 16. p. 33-41. Primeiro semestre, 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimento social como categoria geográfica**. *Terra Livre*, 2015, 15: 59-86.

CALDART, R. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

PAULINO, E. T.; ALMEIDA, R. A. **Terra e território**: a questão camponesa no capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

STEDILE, J. P. **A questão Agrária no Brasil**: O debate tradicional: 1500 – 1960 São Paulo: Expressão Popular, 2005.

ROSS, D. **Contradição na construção dos territórios camponeses no centro-sul paranaense**: territorialidade do agronegócio, subordinação e resistência. Universidade Estadual Paulista – Unesp. Tese Doutorado em Geografia. 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur, 2007.

VERDÉRIO, A.; CLAUDIO, F. G. de S. A Política Pública de Educação do Campo e o Delineamento da Escola do Campo: a Trajetória do Colégio Estadual do Campo Chico Mendes. **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional**, Curitiba, v. 14, n. 38, p.235-252 set./dez. 2019.

ZENERATTI, F. L. Propriedade e latifúndio: introdução ao debate sobre sua origem e perpetuação no Brasil. **Caderno de Geografia**, v.27, n.50, 2017.

_____. A atualidade da luta camponesa na mesorregião Noroeste do estado do Paraná. *Estudos Geográficos*, Rio Claro, 12(2): 126-144, jul./dez. 2014.

APÊNDICE



Universidade Federal da Fronteira Sul
Campus Laranjeiras do Sul
Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e
Humanas

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO PARA PESQUISA DE CAMPO

A) IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____ Data: _____

Município: _____ Telefone: _____

1 – Número de pessoas que fazem parte da família (residem lote)?

Primeiro Nome	Parentesco	Idade	Trabalha no lote	Trabalha fora (Explicar) Campo ou Cidade; Fixo ou Temp.	Escolaridade

2 – Há quanto tempo o senhor reside neste lote-assentamento? _____

Qual a cidade de origem? _____

Há quanto tempo trabalho na agricultura? _____

Qual o tamanho do lote? _____ Renda Média da Família: _____

3 – Participou da ocupação? Explique como foi.

4 – Explique como era a vida no ACAMPAMENTO? Principais dificuldades e possibilidades.

B) DINÂMICA DO LOTE – Assentamento

5 – O que o senhor produz? Especificar tudo que se produz e seu destino (comercialização ou autoconsumo):

Cultivo	Destino (Cooperativa, empresa, mercado ou <u>consumo</u>)	Volume da produção Especificar: mensal ou anual?

6 – Quais Políticas Públicas o senhor tem acesso? PAA ; PNAE Pronaf
 Outro (qual): _____
 Não tem acesso à políticas públicas.

7 – Quais as maiores dificuldades encontradas atualmente para sobreviver no assentamento?

8 – O que mudou com o Assentamento? Explique as vantagens da conquista da terra. O que melhorou na vida da família?

9) Com a renda que a família tira do lote é possível dar uma vida digna a sua família? O que poderia ser melhorado no processo de Assentamento da Reforma Agrária?

10) Existe algum incentivo para que seus filhos permaneçam na agricultura? Explique: